

4
 26/3/96
 1004

Ibama age contra contrabando

BRASÍLIA — A Amazônia vai ter um plano de emergência para diminuir a exploração de madeira, queimadas e o contrabando de peixes e animais silvestres. O plano, anunciado ontem pelo presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Raul Jungman, também prevê maior rigor no controle sobre o tráfico de drogas e a evasão de divisas. “Esse projeto vai reduzir em 90% a saída de produtos ilegais da Amazônia”, acredita Jungman. Uma abrangência maior seria possível, segundo o presidente do Ibama,

com a instalação dos radares previstos no Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam).

O projeto prevê a instalação de quatro bases terrestres de fiscalização em parceria com a Casa Civil da Presidência da República, Estado Maior das Forças Armadas (Emfa), Ministérios do Exército e Aeronáutica, Polícia Federal, Receita Federal. “Vamos colocar o time do governo federal agindo de forma ordenada para impedir a devastação da Amazônia”, disse Jungman.

A Base do Anzol é a única que

já está em funcionamento e controla o comércio clandestino de madeira, peixe e animais silvestres, na fronteira do Brasil com o Peru e a Colômbia. Segundo Jungman, nessa região são pescadas ilegalmente de 30 a 50 toneladas de peixe.

A segunda base fiscalizará o tráfico de produtos naturais pelo Rio Amazonas na divisa do estado com o Pará. Segundo Jungman, como nesse local o rio mede apenas 1,5 quilômetro de largura, a Base de Óbitos contará com duas balsas flutuantes para vigiar o fluxo das embarcações.

Já a terceira base ou BV-8 vai controlar o comércio clandestino de madeira e animais pela rodovia que liga o Brasil a Venezuela. A Base de Vilhena vai vigiar o escoamento de produtos na divisa entre Mato Grosso e Rondônia.

Além disso, o Ibama realizará um censo para recadastrar as madeiras da Amazônia Legal. Segundo Jungman, a operação vai levantar o número de madeiras, seus funcionários e o volume de produção. Depois, o Ibama cruzará os dados com relatórios da Receita e Polícia federais.